

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE AGOSTO DE 2008

(Do Sr. Deputado **ARNALDO JARDIM**)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar de assuntos referentes à “bioeletricidade – potencial, desafios e oportunidades”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255, combinado com o art. 24, inciso VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública *para tratar de assuntos referentes à “bioeletricidade – potencial, desafios e oportunidades”.*

Para tanto, requeiro, a presença dos seguintes convidados para discorrer sobre os temas abaixo sugeridos:

- **Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão,**
- *Importância da bioeletricidade na matriz elétrica brasileira,*

- **Sr. Hermes Chipp , do ONS;**
- *Necessidade da bioeletricidade para o sistema interligado nacional,*

- **Sr. Edvaldo Santana, da ANEEL;**
- *Regulamentação existente sobre conexão,*

- **Sr. Mauricio Tolmasquim, da EPE;**
- *Procedimentos de habilitação e precificação para a oferta de bioeletricidade,*

- **Sr. José Miguez, do MCT/CIMGC,**
- *Programa de atividades – Créditos de Carbono e a bioeletricidade.*

JUSTIFICATIVA

A escalada nos preços do petróleo e derivados torna essencial, em todo o mundo, a busca de fontes alternativas de geração de energia que sejam economicamente viáveis e ambientalmente corretas. No Brasil, infelizmente, ainda subutilizamos um potencial extraordinário oriundo do setor sucroalcooleiro.

É fato que o resultado do primeiro leilão de energia a partir da biomassa da cana-de-açúcar deixou a desejar, em especial diante da expectativa da ampliação substancial de nossa produção. Para se ter uma idéia as usinas de açúcar e álcool comercializaram apenas 548 MW de energia, para entrega a partir de 2009, no primeiro leilão de reserva realizado pela Câmara de Compensação de Energia Elétrica (CCEE). O Operador Nacional do Sistema (ONS) esperava 2 mil MW adicionais no próximo biênio, mas só 44 usinas depuseram garantias para disputar o leilão e 31 venderam energia.

É de se saudar a maior participação da bioeletricidade na matriz energética nacional, mas não podemos negar que as definições para o leilão demoraram a sair e as condições econômicas e de infra-estrutura não eram as ideais para ensejar uma maior participação das usinas sucroalcooleiras.

Ressalte-se que a preocupação com esses entraves pudessem comprometer o sucesso do leilão e afastar investidores foi tema de oportuna audiência pública desta Comissão de Minas e Energia, realizada em 24 de abril último e da qual tive a honra de ser o coordenador dos profícuos debates. Em meio ao consenso dos presentes – representantes do Ministério de Minas e Energia, do ONS, da EPE, a Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e da COGEN-SP – encaminhei ofício ao Ministro Edison Lobão solicitando que o Leilão de Energia Reserva fosse adiado – o que ocorreu - para possibilitar o equacionamento, de modo estruturante e visão estratégica de Estado de longo prazo, o problema da conexão das centrais de cogeração de biomassa à rede

elétrica.

Estudos de potencial identificaram 210 empreendimentos que podem atingir, até 2015, uma capacidade instalada de 15.000 MW, com uma oferta para o Sistema Interligado Nacional (SIN) superior a 10.000 MW. Ou seja, não é exagero afirmar que temos uma Itaipu adormecida, com biomassa disponível e que poderá ser implantada em menos de 5 anos.

Já a partir deste ano os consumidores brasileiros começarão a pagar a conta da crise de abastecimento registrada no início de 2008, com a utilização, em excesso, das usinas termelétricas que têm altos custos de geração. O custo adicional, entre janeiro e maio deste ano, custará aos consumidores R\$ 1 bilhão, segundo dados da ANEEL, rateados por todos.

Pelo exposto, estou requerendo o apoio dos nobres pares para a realização de nova audiência pública para debater os desafios a serem superados para ampliarmos a participação da bioeletricidade, com o objetivo de resolver os impasses regulatórios para viabilizar a realização de um novo leilão de energia de reserva, em janeiro de 2009, a fim de possibilitar a contratação de mais 2.000 MW médios, ou seja, 5.000 MW de capacidade de oferta.

Senhor Presidente, esta Comissão de Minas e Energia tem revelado, sempre, a consciência de que a segurança energética é estratégica para um país que almeja crescer com sustentabilidade. Para tanto, é indispensável a diversificação de nossa matriz energética, razão pela qual reitero a solicitação de apoio de meus nobres pares para a aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, em de agosto de 2008.

Dep. ARNALDO JARDIM

PPS/SP

